

Habilitações literárias — licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa; estágio de advocacia e inscrição no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados; pós-graduação em Estudos Europeus pelo Instituto Europeu na Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

Formação profissional nas áreas:

Jurídica;
Gestão de recursos humanos;
Informática.

Experiência profissional:

Exercício de docência no ensino secundário;
Consultadoria jurídica em empresas do sector privado;
Exercício da advocacia.

Experiência profissional na Assembleia da República:

Desde 1987, exerce funções na Assembleia da República, inicialmente na área de redacção, onde desempenhou funções de redactora, participando na elaboração do *Diário da Assembleia da República*;

De 1993 a 1999, prestou assessoria técnico-jurídica ao Plenário, à Comissão Permanente, à Mesa da Assembleia da República e à Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares;

Prestou apoio técnico-jurídico especializado à Comissão Eventual para a Revisão Constitucional no processo de elaboração do texto final da 4.ª revisão constitucional, 1997;

Desde 1996, participou em acções de formação para técnicos superiores e técnicos desenvolvidas no âmbito de protocolos de cooperação com os países de língua oficial portuguesa, nomeadamente Cabo-Verde, Angola, Moçambique, Guiné, São Tomé e Príncipe e Brasil, realizadas nos respectivos parlamentos e na Assembleia da República, na área de actuação da Divisão de Apoio ao Plenário;

Desde 1 de Janeiro de 2000, exerce as funções de chefe da Divisão dos Recursos Humanos e Administração, cargo para que foi nomeada, em comissão de serviço, pelo Presidente da Assembleia da República, sendo-lhe renovada a comissão de serviço em Janeiro de 2003, substituindo a directora dos Serviços Administrativos e Financeiros nas suas ausências e impedimentos.

Missões técnicas no exterior:

Integrou, na qualidade de jurista, com a função de apoio técnico à Mesa da Assembleia da República, a delegação parlamentar às I Jornadas Parlamentares da Assembleia Nacional da República Democrática de São Tomé e Príncipe, que se realizaram em Julho de 1995, colaborando com a Comissão de Redacção do Parlamento de São Tomé na apresentação da síntese e das conclusões das Jornadas;

Organizou um seminário sobre «Os trâmites do processo legislativo e os procedimentos parlamentares», dirigido a quadros superiores da Assembleia da Guiné-Bissau, que se realizou nas instalações do Parlamento Guineense, na cidade de Bissau, entre 2 e 16 de Fevereiro de 1997, desenvolvendo ainda acções junto dos serviços no sentido de dotar o Parlamento de maior operacionalidade e eficácia;

Em 1998 (de 29 de Setembro a 9 de Outubro), promoveu um curso sobre feitura de leis, em duas edições, nas ilhas Terceira e de São Miguel, com a duração de vinte e cinco horas cada, destinado a quadros superiores da administração pública regional, a convite do Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores;

Entre 19 e 23 de Outubro de 1998, no âmbito do programa anual de cooperação entre a Assembleia Nacional da República de Angola e a Assembleia da República de Portugal, realizou um seminário sobre «O processo legislativo — O caso português», com a duração de vinte e duas horas, dirigido a quadros superiores e a técnicos do Parlamento Angolano, na cidade de Luanda;

Em Novembro de 2000, na qualidade de chefe de divisão dos Recursos Humanos e Administração, foi designada, por despacho da Secretária-Geral, para participar no seminário sobre «Towards a Common European Model of Civil Services? Comparing new trends and developments», organizado pelo European Institute of Public Administration, em Maastricht, Holanda;

Em Junho de 2001, no âmbito do Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Cabo-Verdiana, foi designada, por despacho da Secretária-Geral, para integrar a delegação da Assembleia da República, chefiada pela própria Secre-

tária-Geral, que se deslocou à Assembleia Nacional de Cabo Verde para uma Missão Pluridisciplinar de Diagnóstico da ARP, na Praia (ANVC), e Assinatura do Programa de Cooperação Parlamentar Luso-Cabo-Verdiana, 2001-2003;

Em Dezembro de 2003, foi designada pela Secretária-Geral para participar no seminário sobre «1.º Forum europeu de managers públicos», organizado pelo European Institute of Public Administration, em Maastricht, Holanda;

Em Junho de 2004, integrou a Missão de Assistência Técnica à Assembleia da República de Moçambique, no âmbito do programa de cooperação parlamentar com aquele Parlamento, para a realização de um seminário e formação *on job* sobre o tema «Gestão de recursos humanos»;

Em Junho de 2005, a convite do Instituto Nacional de Administração (INA), participou como oradora na 2.ª jornada do INA para chefias e quadros administrativos, no Centro Cultural de Belém, produzindo uma intervenção sobre o novo sistema de avaliação de desempenho, que foi objecto de publicação num dos cadernos do INA.

Despacho n.º 1817/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciada Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo — nomeada, em comissão de serviço, no cargo de director dos Serviços Administrativos e Financeiros da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

I — Dados pessoais — Ana Maria de Carvalho Jordão Ribeiro Monteiro de Macedo, nascida em 14 de Dezembro de 1955, natural de Lisboa, casada.

II — Habilitações literárias — licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 27 de Junho de 1977.

III — Formação profissional — participação e frequência de diversos cursos, estágios, seminários e congressos, os quais versaram temas concernentes a metodologias e técnicas de gestão e organização, a sistemas e tecnologias de informação, ao regime jurídico da função pública, à gestão de recursos humanos, orçamental e financeira do Estado, à contratação pública, à desconcentração e descentralização administrativa, ao contencioso administrativo, a impostos especiais de consumo e a legislação comunitária.

IV — Experiência profissional:

1 — Antiguidade na função pública — desde 1 de Setembro de 1978, onde ingressou na carreira técnica superior, na categoria de base (técnico superior de 2.ª classe).

2 — Actual categoria e quadro de origem na Administração Pública — assessora principal da carreira técnica superior, desde 5 de Novembro de 1991, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo.

3 — Cargos desempenhados:

Adjunta do Secretário de Estado da Defesa Nacional (de 6 de Julho de 1983 a 3 de Março de 1986);

Adjunta do Secretário de Estado do Orçamento (de 17 de Março de 1986 a 6 de Janeiro de 1990);

Secretária-geral-adjunta da Secretaria-Geral do ex-Ministério do Planeamento e da Administração do Território (de 20 de Abril de 1990 a 4 de Novembro de 1991);

Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais (de 5 de Novembro de 1991 a 27 de Outubro de 1995);

Vogal da comissão de fiscalização da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (de 3 de Março de 1995 a 3 de Março de 2000);

Directora-geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (de 1 de Junho de 2002 a 31 de Agosto de 2005).

V — Principais actividades profissionais desenvolvidas no âmbito do ex-Ministério da Reforma Administrativa, do Ministério da Defesa Nacional, do ex-Ministério do Planeamento e da Administração do Território e do Ministério das Finanças e da Administração Pública:

Elaboração de estudos e trabalhos com vista à reorganização da macroestrutura da Administração Pública Portuguesa;

Assessoria técnico-jurídica à reestruturação orgânica de vários ministérios e emissão de pareceres sobre projectos de diplomas orgânicos dos respectivos serviços centrais e descentralizados;

Elaboração de estudos jurídicos relativos à constitucionalidade, legalidade e coerência interna da legislação complementar da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas;

Estudo e emissão de pareceres referentes aos regimes do pessoal civil das Forças Armadas e dos estabelecimentos fabris das Forças Armadas, bem como sobre as teorias e técnicas de organização aplicadas à Administração Pública e às Forças Armadas;

Coordenação hierárquica e funcional dos serviços jurídicos, de organização e de recursos humanos da Secretaria-Geral do ex-MPAT;

Estudos e pareceres de carácter jurídico em sede de gestão de recursos humanos, carreiras, quadros de pessoal, estatuto disciplinar, regime da administração financeira do Estado e da contratação pública;

Coordenação do processo de extinção do quadro único do ex-MPAT e da correspondente criação de quadros privativos dos serviços;

Preparação e organização de processos no âmbito do contencioso administrativo;

Participação na elaboração do articulado de vários projectos de propostas de lei do Orçamento do Estado, de projectos de decretos-leis de execução orçamental, bem como em projectos de diplomas relativos à administração financeira do Estado e a matérias aduaneiras e fiscais, preparando ainda a correlativa fundamentação técnico-jurídica;

Coordenação hierárquico-funcional dos serviços centrais e periféricos da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, nas respectivas áreas operativas e instrumentais, nomeadamente do planeamento e organização e gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, bem como da cooperação aduaneira;

Participação em reuniões internacionais como representante da instituição aduaneira portuguesa em sede da União Europeia (UE), da Organização Mundial das Alfândegas (OMA), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Convenção Multilateral para a Cooperação e Assistência Mútua entre as Direcções Nacionais das Alfândegas da América Latina, Espanha e Portugal (COMUCAM/COMALEP).

Despacho n.º 1818/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciada Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas — nomeada, em comissão de serviço, no cargo de director dos Serviços de Apoio Técnico e de Secretariado da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Ana Margarida Serpa Soares Menino Vargas;
Data de nascimento — 29 de Dezembro de 1962.

2 — Habilitações literárias e profissionais:

Licenciatura em Direito — área Jurídico-Políticas — pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa (1980-1985);

2.ª edição do curso de alta direcção em Administração Pública (CADAP), 2004-2005.

3 — Experiência profissional:

Estágio e inscrição como advogada no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (1985-1987);

Em 1987 iniciou funções na Câmara Municipal de Loures, tendo em 1988 sido nomeada chefe da Divisão de Recursos Humanos;

Em 1991 ingressou no quadro de pessoal da Assembleia da República;

Em 1995 foi designada para assessorar a Comissão de Inquérito Parlamentar sobre a Eventual Responsabilidade do Governo na Prestação de Serviços pelas OGMA à Força Aérea Angolana e a Comissão Eventual para Estudar as Matérias Relativas às Questões de Ética e da Transparência das Instituições e dos Titulares dos Cargos Políticos;

De 1995 a 1999 assessorou a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;

Nomeada adjunta do Gabinete do Ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública (Novembro de 1999 a Abril de 2002);

Participou como representante portuguesa no Grupo Consultivo de Alto Nível sobre a Qualidade da Legislação, criado na sequência do Conselho Europeu de Lisboa (2000-2001), e que elaborou o relatório final (Relatório Mandelkern, 2001);

Colaborou, como perita legal indicada pelas Nações Unidas, na redacção da lei eleitoral local timorense, 2003;

Formadora nos cursos de produção legislativa destinados a juristas, organizados pelo centro de Formação Jurídica e Judiciária de Macau, 2003 e 2004;

Nomeada chefe da Divisão de Edições da Assembleia da República, em comissão de serviço, desde 15 de Abril de 2004 (cargo que vinha exercendo em regime de substituição desde 21 de Maio de 2002).

Despacho n.º 1819/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado Rui José Pereira Costa — nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director dos Serviços de Documentação, Informação e Comunicação da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

1 — Dados pessoais:

Nome — Rui José Pereira Costa;
Local de nascimento — Tavira;
Data de nascimento — 18 de Janeiro de 1954.

2 — Habilitações literárias:

Licenciado em História pela Faculdade de Letras de Lisboa, com a classificação final de 14 valores — 1984;

Pós-graduado em Ciências Documentais pela Faculdade de Letras de Lisboa, com a classificação final de 15 valores — 1988.

3 — Actividade profissional:

1973 — ingressa no Instituto Nacional de Estatística, exercendo funções técnicas na Divisão de Comércio Externo e na Biblioteca;

1988 a 1998 — técnico superior documentalista dos quadros de pessoal de Assembleia da República;

1998-2000 — director de serviços de Informação e Documentação da Direcção-Geral das Relações Económicas Internacionais, do Ministério da Economia;

2000-2004 — director de serviços de Documentação e Informação da Assembleia da República;

2004-2006 — director de serviços de Documentação, Informação e Comunicação da Assembleia da República.

4 — Trabalhos publicados:

«Informática e informação: o desafio actual», in *Actas do 6.º Congresso Português de Informática*, Lisboa: API, 1990 — 3.º vol. (em co-autoria);

«Catálogo de publicações de informação secundária da Biblioteca da Assembleia da República 1983-1991», AR, 1991 (em co-autoria);

«Timor-Leste: factos e documentos», AR, 1992 (em co-autoria);

«Apresentação comparativa do texto do Tratado assinado em Maastricht em 7 de Fevereiro de 1992 com o Tratado de Roma de 25 de Março de 1957 modificado nomeadamente pelo Acto Único Europeu de 28 de Fevereiro de 1989», AR, 1992 (em co-autoria);

No âmbito da informação secundária e terciária, realiza, desde 1988 até 1998, individualmente ou em colaboração, uma série de estudos e trabalhos publicados pela Biblioteca da AR em edição fotocopiada integrados nas colecções «Cadernos de Informação» e «Cadernos Temáticos»;

«Portuguese parliamentary records digital library», Joaquim Sousa Pinto, Hélder Zagalo, Joaquim Arnaldo Martins e Rui J. Pereira Costa, in *Computer: Innovative Technology for Computer Professionals*, IEEE Computer Society, 10662 Los Vaqueros Circle, Po Box 3014, Los Alamitos, USA, CA, 90720-1314 NJ, USA, vol. 34, n.º 2, Fevereiro de 2001, p. 38. ISSN: 0018-9162;

«Diário da Assembleia da República electrónico», Joaquim Sousa Pinto, Pedro Almeida e Rui J. Pereira Costa, in *Revista do Departamento de Electrónica e Telecomunicações da Universidade de Aveiro*, Portugal, vol. 3, n.º 3, Janeiro de 2001, pp. 209-213.

Despacho n.º 1820/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado João Viegas Vilhete d'Abreu — nomeado, em comissão de serviço, no cargo de director do Centro de Informática da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.